



Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro

Banco do Conhecimento

Divisão de Gestão de Acervos Jurisprudenciais (DGCON/DIJUR)
Serviço de Pesquisa Jurídica (DGCON/SEAPE)

Data de atualização: 10/05/2011

PRESCRIÇÃO

SÚMULA STJ Nº 39

PRESCREVE EM VINTE ANOS A AÇÃO PARA HAVER INDENIZAÇÃO, POR RESPONSABILIDADE CIVIL, DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 85

NAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO SUCESSIVO EM QUE A FAZENDA PÚBLICA FIGURE COMO DEVEDORA, QUANDO NÃO TIVER SIDO NEGADO O PRÓPRIO DIREITO RECLAMADO, A PRESCRIÇÃO ATINGE APENAS AS PRESTAÇÕES VENCIDAS ANTES DO QUINQUÊNIO ANTERIOR À PROPOSITURA DA AÇÃO.

(VIDE: [FAZENDA PÚBLICA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 101

A AÇÃO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURADO EM GRUPO CONTRA A SEGURADORA PRESCREVE EM UM ANO.

(VIDE: [INDENIZAÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 119

A AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA PRESCREVE EM VINTE ANOS.

(VIDE: [DESAPROPRIAÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 142

PRESCREVE EM VINTE ANOS A AÇÃO PARA EXIGIR A ABSTENÇÃO DO USO DE MARCA COMERCIAL. (*)

(*) JULGANDO A AR 512/DF, NA SESSÃO DE 12.05.1999, A SEGUNDA SEÇÃO DELIBEROU PELO CANCELAMENTO DA SÚMULA N. 142.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 143

PRESCREVE EM CINCO ANOS A AÇÃO DE PERDAS E DANOS PELO USO DE MARCA COMERCIAL.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 194

PRESCREVE EM VINTE ANOS A AÇÃO PARA OBTER, DO CONSTRUTOR, INDENIZAÇÃO POR DEFEITOS DA OBRA.

(VIDE: [INDENIZAÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 210

A AÇÃO DE COBRANÇA DAS CONTRIBUIÇÕES PARA O FGTS PRESCREVE EM TRINTA (30) ANOS.

(VIDE: [FGTS-PIS/PASEP](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 220

A REINCIDÊNCIA NÃO INFLUI NO PRAZO DA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA.

(VIDE: [PROCESSO PENAL](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 278

O TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL, NA AÇÃO DE INDENIZAÇÃO, É A DATA EM QUE O SEGURADO TEVE CIÊNCIA INEQUÍVOCA DA INCAPACIDADE LABORAL.

(VIDE: [INDENIZAÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 314

EM EXECUÇÃO FISCAL, NÃO LOCALIZADOS BENS PENHORÁVEIS, SUSPENDE-SE O PROCESSO POR UM ANO, FINDO O QUAL SE INICIA O PRAZO DA PRESCRIÇÃO QUINQUENAL INTERCORRENTE.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#), [PENHORA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 338

A PRESCRIÇÃO PENAL É APLICÁVEL NAS MEDIDAS SÓCIO-EDUCATIVAS.

(VER: [MEDIDA SÓCIO-EDUCATIVA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 398

A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PARA PLEITEAR OS JUROS PROGRESSIVOS SOBRE OS SALDOS DE CONTA VINCULADA DO FGTS NÃO ATINGE O FUNDO DE DIREITO, LIMITANDO-SE ÀS PARCELAS VENCIDAS.

(VER: [JUROS E/OU CORREÇÃO MONETÁRIA](#) / [FGTS](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 405

A AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) PRESCREVE EM TRÊS ANOS.

(VER: [SEGURO OBRIGATÓRIO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 409

EM EXECUÇÃO FISCAL, A PRESCRIÇÃO OCORRIDA ANTES DA PROPOSITURA DA AÇÃO PODÉ SER DECRETADA DE OFÍCIO.

(VER: [EXECUÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 467

PRESCREVE EM CINCO ANOS, CONTADOS DO TÉRMINO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO, A PRETENSÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE PROMOVER A EXECUÇÃO DA MULTA POR INFRAÇÃO AMBIENTAL.

(VER: [EXECUÇÃO](#), [MULTA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA TJ Nº 412

A AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO DE TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO SUJEITA-SE AO PRAZO PRESCRICIONAL ESTABELECIDO NO CÓDIGO CIVIL.

(VER: [AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO](#); [TARIFA DE ÁGUA](#), [TARIFA DE ESGOTO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 415

O PERÍODO DE SUSPENSÃO DO PRAZO PRESCRICIONAL É REGULADO PELO MÁXIMO DA PENA COMINADA.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 427

A AÇÃO DE COBRANÇA DE DIFERENÇAS DE VALORES DE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA PRESCREVE EM CINCO ANOS CONTADOS DA DATA DO PAGAMENTO.

(VER: [APOSENTADORIA](#), [AÇÃO DE COBRANÇA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STJ Nº 438

É INADMISSÍVEL A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA COM FUNDAMENTO EM PENA HIPOTÉTICA, INDEPENDENTEMENTE DA EXISTÊNCIA OU SORTE DO PROCESSO PENAL.

(VIDE: [EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 146

A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO PENAL REGULA-SE PELA PENA CONCRETIZADA NA SENTENÇA, QUANDO NÃO HÁ RECURSO DA ACUSAÇÃO.

(VIDE: [PROCESSO PENAL](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 147

A PRESCRIÇÃO DE CRIME FALIMENTAR COMEÇA A CORRER DA DATA EM QUE DEVERIA ESTAR ENCERRADA A FALÊNCIA, OU DO TRÂNSITO EM JULGADO DA SENTENÇA QUE A ENCERRAR OU QUE JULGAR CUMPRIDA A CONCORDATA.

(VIDE: [CRIME FALIMENTAR](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 150

PRESCREVE A EXECUÇÃO NO MESMO PRAZO DE PRESCRIÇÃO DA AÇÃO.

(VIDE: [EXECUÇÃO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 151

PRESCREVE EM UM ANO A AÇÃO DO SEGURADOR SUB-ROGADO PARA HAVER INDENIZAÇÃO POR EXTRAVIO OU PERDA DE CARGA TRANSPORTADA POR NAVIO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 152

A AÇÃO PARA ANULAR VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE, SEM CONSENTIMENTO DOS DEMAIS, PRESCREVE EM QUATRO ANOS A CONTAR DA ABERTURA DA SUCESSÃO (REVOGADA).

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 153

SIMPLES PROTESTO CAMBIÁRIO NÃO INTERROMPE A PRESCRIÇÃO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 154

SIMPLES VISTORIA NÃO INTERROMPE A PRESCRIÇÃO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 230

A PRESCRIÇÃO DA AÇÃO DE ACIDENTE DO TRABALHO CONTA-SE DO EXAME PERICIAL QUE COMPROVAR A ENFERMIDADE OU VERIFICAR A NATUREZA DA INCAPACIDADE.

(VIDE: [ACIDENTE DE TRABALHO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 264

VERIFICA-SE A PRESCRIÇÃO INTERCORRENTE PELA PARALISAÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA POR MAIS DE CINCO ANOS.

(VIDE: [AÇÃO RESCISÓRIA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 443

A PRESCRIÇÃO DAS PRESTAÇÕES ANTERIORES AO PERÍODO PREVISTO EM LEI NÃO OCORRE, QUANDO NÃO TIVER SIDO NEGADO, ANTES DAQUELE PRAZO, O PRÓPRIO DIREITO RECLAMADO, OU A SITUAÇÃO JURÍDICA DE QUE ELE RESULTA.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 445

A LEI 2437, DE 7/3/1955, QUE REDUZ PRAZO PRESCRICIONAL, É APLICÁVEL ÀS PRESCRIÇÕES EM CURSO NA DATA DE SUA VIGÊNCIA (1º/1/1956), SALVO QUANTO AOS PROCESSOS ENTÃO PENDENTES.

(VIDE: [PRAZO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 494

A AÇÃO PARA ANULAR VENDA DE ASCENDENTE A DESCENDENTE, SEM CONSENTIMENTO DOS DEMAIS, PRESCREVE EM VINTE ANOS, CONTADOS DA DATA DO ATO, REVOGADA A SÚMULA 152.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 497

QUANDO SE TRATAR DE CRIME CONTINUADO, A PRESCRIÇÃO REGULA-SE PELA PENA IMPOSTA NA SENTENÇA, NÃO SE COMPUTANDO O ACRÉSCIMO DECORRENTE DA CONTINUAÇÃO.

(VER: [CRIME CONTINUADO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 604

A PRESCRIÇÃO PELA PENA EM CONCRETO É SOMENTE DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE.

(VER: [PENA](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA STF Nº 607

NA AÇÃO PENAL REGIDA PELA LEI 4611/1965, A DENÚNCIA, COMO SUBSTITUTIVO DA PORTARIA, NÃO INTERROMPE A PRESCRIÇÃO.

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

SÚMULA VINCULANTE STF Nº 8

SÃO INCONSTITUCIONAIS O PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 5º DO DECRETO-LEI Nº 1.569/1977 E OS ARTIGOS 45 E 46 DA LEI Nº 8.212/1991, QUE TRATAM DE PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA DE CRÉDITO TRIBUTÁRIO.

(VIDE: [DECADÊNCIA](#), [TRIBUTÁRIO](#))

PESQUISA DE INTEIRO TEOR

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 27

100- FLUI, A PARTIR DA HOMOLOGAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS, O PRAZO DA PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA PARA O EXAME DE DIREITOS DECORRENTES DO ATO DE APOSENTADORIA DO SERVIDOR.

JUSTIFICATIVA: DADO QUE O ATO DE APOSENTADORIA É COMPLEXO, PORQUANTO DEPENDENTE DE HOMOLOGAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS, O TERMO INICIAL DA PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA É A APRECIÇÃO, POR ESTE ÓRGÃO, DA REGULARIDADE DO ATO DE APOSENTAÇÃO.

PRECEDENTES: 0006240-62.2005.8.19.0054, TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 15/12/2010; MS Nº 25552-DF, TRIBUNAL PLENO DO STF, JULGAMENTO EM 07/04/2008.

(VER: [APOSENTADORIA](#), [SERVIDOR PÚBLICO](#))

101- PRESCREVE EM CINCO ANOS A PRETENSÃO DE REPARAÇÃO CIVIL AQUILIANA DEDUZIDA CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E AS PESSOAS JURÍDICAS DE DIREITO PRIVADO PRESTADORAS DE SERVIÇO PÚBLICO.

JUSTIFICATIVA: O ART. 1º-C, DA LEI N º 9494/97, COM A REDAÇÃO DA MEDIDA PROVISÓRIA N º 2180-35, DE 24 DE AGOSTO DE 2001 ESTABELECEU O PRAZO QUINQUENAL, DE MODO QUE, SENDO ESPECIAL EM RELAÇÃO AO CÓDIGO CIVIL E DELE BEM PRÓXIMO CRONOLOGICAMENTE, NÃO SE APLICA O PRAZO TRIENAL GERAL PREVISTO NO ART. 206, § 3º, INCISO V, DAQUELE DIPLOMA. NESSE SENTIDO, RECENTE DECISÃO MONOCRÁTICA DO STJ, A QUAL REAFIRMOU, INCLUSIVE, A VIGÊNCIA DO ART. 1º, DO DECRETO N º 20910/32 (CF. RESP 1.212.420-RJ, JULGAMENTO EM 08/11/2010).

PRECEDENTES: 0041967-74.2010.8.19.0000, TJERJ, 13ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 09/02/2011; 0005828-24.2006.8.19.0046, TJERJ, 18ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 31/08/2010.

(VER: [FAZENDA PÚBLICA](#), [PESSOA JURÍDICA](#))

102 - PRESCREVE EM CINCO ANOS A PRETENSÃO AO PAGAMENTO DE ATRASADOS RESULTANTES DE SENTENÇA PROFERIDA EM AÇÃO REFERENTE À PREVIDÊNCIA PÚBLICA.

JUSTIFICATIVA: NÃO OBSTANTE O ART. 206, § 3º, INCISO II, DO CÓDIGO CIVIL, PREVER O PRAZO PRESCRICIONAL TRIENAL PARA O RECEBIMENTO DE PRESTAÇÕES VENCIDAS DE RENDAS TEMPORÁRIAS OU VITALÍCIAS, REFERIDA NORMA NÃO SE APLICA À PENSÃO PREVIDENCIÁRIA QUE SEGUE OUTRO REGIME. NA VERDADE, A NORMA ACIMA REFERIDA DIZ RESPEITO À CONSTITUIÇÃO DE RENDA DE QUE TRATAM OS ARTS. 803 E 804, DO CÓDIGO CIVIL, E SOMENTE A ELA SE APLICAM.

PRECEDENTES: 0126047-07.2006.8.19.0001, TJERJ, 6ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 18/02/2011; 0158396-63.2006.8.19.0001, TJERJ, 8ª C. CÍVEL, JULGAMENTO EM 16/11/2010.

(VER: [PREVIDENCIÁRIO](#))

[AVISO TJ Nº 27, DE 25/03/2011](#)

VIDE: CONSOLIDAÇÃO NO [AVISO TJ Nº 29 DE 07/04/2011](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 94

32. O CRÉDITO NÃO-TRIBUTÁRIO, ESTADUAL OU MUNICIPAL, PRESCREVE EM CINCO ANOS.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.13896](#), TJERJ, 3ª C. CÍVEL, JULGADA EM 31/08/2009.
APCV [2009.001.41716](#), TJERJ, 7ª C. CÍVEL, JULGADA EM 20/08/2009.

(VER: [TRIBUTÁRIO](#))

35. A PRETENSÃO FUNDADA EM RESPONSABILIDADE CIVIL, DECORRENTE DE CONTRATO DE TRANSPORTE DE PESSOAS, PRESCREVE EM CINCO ANOS.

PRECEDENTES: APCV [2009.001.04835](#), TJERJ, 7ª C. CÍVEL, JULGADA EM 15/04/09.
APCV [2008.001.04487](#), TJERJ, 4ª C. CÍVEL, JULGADA EM 11/03/08.

(VER: [CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO](#), [CONSUMIDOR](#), [TRANSPORTE](#))

36. A PRETENSÃO INDENIZATÓRIA DECORRENTE DE DANO MORAL, DEDUZIDA COM BASE EM RELAÇÃO DE CONSUMO, AINDA QUE FUNDADA NO VÍCIO DO SERVIÇO, SE SUJEITA AO PRAZO DE PRESCRIÇÃO QUINQUENAL.

PRECEDENTES: APCV 2009.001.40737, TJERJ, 1ª C. CÍVEL, JULGADA EM 25/08/09.
ApCv [2007.001.14420](#), TJERJ, 2ª C. CÍVEL, JULGADA EM 28/03/07.

(VER: [CONSUMIDOR](#), [DANO MORAL](#))

[AVISO TJ Nº 94, DE 04/10/2010](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 43

23 - COM BASE NA PRESCRIÇÃO DA PENA IDEAL SÃO CABÍVEIS A REJEIÇÃO DA DENÚNCIA OU O ARQUIVAMENTO DO TERMO CIRCUNSTANCIADO E O DO INQUÉRITO POLICIAL, POR DESPACHO DO JUIZ, A REQUERIMENTO DO MINISTÉRIO PÚBLICO - (II EJJE)

(VER: [MINISTÉRIO PÚBLICO](#))

48 - NÃO PODE O JUIZ RECEBER A DENÚNCIA ANTES DA AUDIÊNCIA, AINDA QUE PARA INTERROMPER PRESCRIÇÃO IMINENTE - (I EJTR)

[AVISO TJ Nº 43, DE 04/09/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 32

16. A PRETENSÃO DE REPETIÇÃO DO INDÉBITO TRIBUTÁRIO, AINDA QUE FUNDADA EM INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI, PRESCREVE EM CINCO ANOS.

JUSTIFICATIVA: O ART. 168 DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL, AO ESTABELECE A PRESCRIÇÃO QUINQUENAL, NÃO DISTINGUE QUANTO AO FUNDAMENTO DA REPETIÇÃO, DAÍ SE SEGUE QUE NÃO CABE AO INTÉRPRETE DISTINGUIR, E MESMO QUE A CAUSA DA PRETENSÃO SEJA A INCONSTITUCIONALIDADE, O PRAZO PRESCRICIONAL É O MESMO.

REF.: RESP 204869/RJ, STJ, 1ª TURMA, DJ DE 18/05/2006, P. 189.

APCV 2005.001.47889, TJERJ, 18ª CÂMARA CÍVEL, JULGADA EM 06/04/2006.

APCV 2005.001.33062, TJERJ, 9ª CÂMARA CÍVEL, JULGADA EM 07/02/2006.

(VER: [AÇÃO DE REPETIÇÃO DE INDÉBITO](#), [INCONSTITUCIONALIDADE](#), [TRIBUTÁRIO](#))

[AVISO TJ Nº 32, DE 07/07/2006](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 39

44 - CABE AO MINISTÉRIO PÚBLICO A INICIATIVA DA EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA E DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITO PROPOSTAS NA TRANSAÇÃO PENAL - (I EJMP).

(VER: [EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE](#), [PRAZO](#))

73 - O RELATOR DISPORÁ DO PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, NOS TERMOS DO ART. 610, DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, PARA EMITIR RELATÓRIO E PEDIR DATA PARA JULGAMENTO E INCLUSÃO EM PAUTA -(I EJTR)

74 - JULGADO O PROCESSO PELA TURMA RECURSAL, NÃO SENDO A SENTENÇA CONFIRMADA PELOS SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS, O PRAZO PARA O RELATOR APRESENTAR O ACÓRDÃO SERÁ DE 05 (CINCO) DIAS, APLICANDO-SE O ART. 94 § 1º, DO REGIMENTO INTERNO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA -(IEJTR)

(VER: [DECADÊNCIA](#))

75 - DAS DECISÕES DOS JUIZADOS ESPECIAIS CRIMINAIS PODEM AS TURMAS RECURSAIS CONHECER E JULGAR DAS AÇÕES CONSTITUCIONAIS DE HABEAS CORPUS E MANDADO DE SEGURANÇA, TENDO A EXPRESSÃO "RECURSO" DO ART. 98, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A MESMA ACEPÇÃO AMPLA QUE TEM NO ART. 5º, INCISO LV, DA LEI MAIOR -(I EJTR)

[AVISO TJ Nº 39, DE 19/09/2005](#)

ENUNCIADO – ATO VEP Nº SN1

ENUNCIADO Nº. 02: "A PENA DE MULTA IMPOSTA POR SENTENÇA CRIMINAL CONDENATÓRIA, MESMO QUANDO TRANSFORMADA EM DÍVIDA DE VALOR, APÓS O TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA, CONTINUA TENDO O CARÁTER PENAL, SUBMETENDO-SE ÀS REGRAS DA PRESCRIÇÃO EXECUTÓRIA ESTABELECIDAS NO ART. 114 DO CÓDIGO PENAL, RESSALVADAS AS CAUSAS INTERRUPTIVAS E SUSPENSIVAS PREVISTAS NA LEI NO. 6.830/80."

(VER: [MULTA](#), [PENA](#), [TRÂNSITO EM JULGADO](#))

[ATO VEP Nº SN1, DE 19/02/2004](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 33

ENUNCIADO CRIMINAL Nº 44 - NO CASO DE TRANSAÇÃO PENAL HOMOLOGADA E NÃO CUMPRIDA, O DECURSO DO PRAZO PRESCRICIONAL PROVOCA A DECLARAÇÃO DE EXTINÇÃO DE PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO EXECUTÓRIA.

(VER: [EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE](#), [JUIZADOS ESPECIAIS](#), [PRAZO](#))

[AVISO TJ Nº 33, DE 12/07/2001](#)

ENUNCIADO – AVISO TJ Nº 46

8) A PRESCRICAO SERA INTERROMPIDA COM O DESPACHO DETERMINANDO A CITACAO, QUANDO TAMBEM SERA INTERROMPIDA PARA O RESPONSAVEL TRIBUTARIO, INDEPENDENTEMENTE DE CONSTAR SEU NOME NA CERTIDAO DE DIVIDA ATIVA.

(VER: [CERTIDÃO DA DÍVIDA ATIVA](#), [CITAÇÃO OU INTIMAÇÃO](#), [TRIBUTÁRIO](#))

9) O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE SUSPENSÃO DA EXECUCAO PELO PARCELAMENTO DA DIVIDA TAMBEM SUSPENDE A PRESCRICAO, CUJO PRAZO FLUIRA NOVAMENTE DA DATA EM QUE A FAZENDA PUBLICA COMUNICAR O NAO CUMPRIMENTO DO PARCELAMENTO.

(VER: [EXECUÇÃO](#), [FAZENDA PÚBLICA](#))

34) EM SEDE DE EXECUCAO FISCAL, NAO SENDO CITADO O DEVEDOR, NEM LOCALIZADOS BENS PENHORAVEIS, OS AUTOS DO PROCESSO, APOS UM ANO DE SUSPENSÃO, SERAO REMETIDOS AO ARQUIVO PROVISORIO, NAO CORRENDO A PRESCRICAO.

(VER: [CITAÇÃO OU INTIMAÇÃO](#), [EXECUÇÃO](#), [PENHORA](#))

[AVISO TJ Nº 46, DE 15/09/1999](#)

ENUNCIADO – AVISO CGJ Nº 4

ENUNCIADO Nº VI – E NECESSARIO A MENCAO EXPRESSA NA SENTENCA A QUE SE REFERE O ARTIGO 12 DA LEI N. 1.060/50, QUANDO O BENEFICIARIO DA GRATUIDADE PERDER A DEMANDA.

(VER: [CUSTAS E TAXA JUDICIÁRIA](#), [GRATUIDADE DE JUSTIÇA](#))

[AVISO CGJ Nº 4, DE 11/01/1993](#)

Disponibilizado pela Equipe do Serviço de Estruturação do Conhecimento (DGCON/SEESC)

Para sugestões, elogios e críticas: jurisprudencia@tjrj.jus.br